Artigo Original

Em Tese

EXISTE UMA CARACTEROLOGIA WEBERIANA? – RECONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA CAUSAL

IS THERE A WEBERIAN CHARACTEROLOGY? – RECONSTRUCTION FROM THE CAUSAL STANDPOINT

Matheus Capovilla **ROMANETTO**
Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, São Paulo, Brasil
matheus.romanetto@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0001-6286-7492

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

O artigo procura reconstruir uma caracterologia (uma ciência do caráter) a partir da obra de Max Weber. Aqui, a ênfase recai sobre o aspecto causal, explicativo. Sucede a demonstração de que Weber concebe a gênese do caráter a partir de três categorias centrais: as de seleção, educação e adaptação. Discute-se o desenvolvimento de cada um desses termos na obra de Weber, com o objetivo de mostrar que o caráter aparece em cada caso, respectivamente, como meio, fim e consequência da entrada do agente em determinadas relações sociais. A partir disso, ficam assentadas as bases para a reconstrução ulterior de uma caracterologia compreensiva em Weber.
PALAVRAS-CHAVE: Weber. Caracterologia. Seleção. Educação. Adaptação.

ABSTRACT

The article aims at reconstructing a characterology (a science of character) from the works of Max Weber. Emphasis is placed here on the causal aspect in explanation. It is further demonstrated that Weber conceives the genesis of character as determined by three central categories: selection, education, and adaptation. The development of each of these terms in Weber's works is discussed with the aim of showing that character appears alternately as means, ends and consequence of an agent's participation in determinate social relations. With that in mind, it becomes possible to further reconstruct a comprehensive characterology in Weber.
KEYWORDS: Weber. Characterology. Selection. Education. Adaptation.

1 INTRODUÇÃO: POSIÇÃO E PRESSUPOSTOS DO ARGUMENTO

O texto seguinte é a segunda de três partes previstas para um estudo dedicado à questão que está abreviada no título: seria possível (e pertinente) reconstruir uma caracterologia a partir da obra de Max Weber? A primeira parte de nossa investigação fundamentou historicamente essa questão, e concluiu positivamente pela possibilidade e pertinência dessa reconstrução. Apresentamos evidências da continuidade do problema do "caráter" ao longo da obra de Weber e de outros pesquisadores de seu tempo; em seguida, investigamos a peculiaridade que esse problema adquire em função de dois aspectos: primeiro, a divisão do trabalho que Weber supunha entre a sociologia e a psicologia; depois, a consistência lógica de suas categorias e métodos basilares. Deduzimos daí a especificidade que haveria de possuir uma caracterologia weberiana, de verve sociológica, por comparação às teorias do caráter elaboradas por três autores contemporâneos seus – Karl Jaspers, Sigmund Freud e Ludwig Klages. Extraímos, em outras palavras, a forma teórica a que nossa reconstrução deveria obedecer, mas postergamos para a publicação dos segmentos restantes do estudo – este incluso – o desenvolvimento da matéria respectiva (cf. ROMANETTO, 2019b).

A articulação interna das categorias fundamentais de Weber (1921-2a, pp. 6-7) sugere que o estudo substantivo do caráter deveria segmentar-se em duas porções: uma dedicada à compreensão *explicativa*, e outra dedicada à compreensão *atual*. Pertence aos resultados de nossa pesquisa a verificação de que as passagens relevantes para a reconstrução de uma caracterologia compreensiva são muito mais abundantes do que aquelas pertinentes a uma caracterologia causal, ao menos no *corpus* bibliográfico de que dispusemos. Similarmente, encontramos uma gradação muito mais tênue no grau de explicitação das sentenças que teriam interesse "compreensivo", enquanto aquelas de interesse "causal" geralmente oscilam entre dois extremos cindidos. De um lado, encontramos passagens que abordam de maneira especialmente clara, mas sempre abreviada, aquilo que Weber identificou como a afinidade característica entre determinados "tipos humanos" e as relações sociais em que eles se incluem. De outro lado, há uma porção de categorias que, à primeira vista, não parecem guardar relação alguma com a problemática do caráter; mas que, a olhar mais atento, configuram na verdade o pressuposto necessário daquilo que aparece nas sentenças mais obviamente relevantes para nossos propósitos.

Derivam daí algumas das dificuldades na leitura do texto que segue. Nosso objetivo será o de reconstruir, aqui, a porção *causal* do que seria uma caracterologia social weberiana. Deixamos para a porção restante deste estudo o segmento compreensivo da investigação – ao qual pertence também, entretanto, a discussão substantiva sobre como exatamente se articulam as categorias componentes do caráter – o seu conteúdo valorativo, afetivo, ideal etc. Enquanto estiverem ainda privados dessa parte do argumento, a leitora e o leitor poderão ter a impressão de um formalismo persistente – certa tendência do texto a discutir as "causas" para a formação de algo – o caráter – que não fica definido com toda clareza necessária. O que nos induz a essa forma de exposição deriva do próprio objeto. Ocorre que, nos casos concretos de análise caracterológica em Weber, não está suposta uma estrutura constante entre os vários aspectos e faculdades psíquicas – tal como ocorreria mais tarde em Erich Fromm, e em um sentido diferente, mesmo em Freud ou Karl Abraham (cf. ROMANETTO, 2019a) –, mas sim uma relação cambiável entre os elementos "lógicos e psicológicos" de que se compõe a subjetividade, conforme as diferentes formas de causalidade social a que estão submetidos (cf. WEBER, 1904-5, cap. III; 1915-17, conclusão). Por conta disso, seria impossível apresentar de antemão uma concepção da estrutura do caráter que tivesse validade geral para Weber. Ao contrário, é preciso deduzir a variabilidade de suas formulações a esse respeito – justamente a partir da variedade de causas formativas do caráter. Apenas quando estivermos de posse do esquema causal aqui apresentado é que as diferentes relações entre valores, afetos, ideias etc. poderão aparecer como plenamente significativas.

Outra dificuldade diz respeito às mudanças que algumas das categorias de Weber vão sofrendo ao longo de sua obra. Vale, como regra geral, que as formulações mais tardias – sobretudo da redação da *Ética econômica* em diante – costumam ser as mais férteis para nossos fins. À medida que permanecem parcialmente compatíveis com elaborações anteriores dos mesmos termos, entretanto, não podemos abrir mão de compará-las extensivamente – pois o material primário de nossa reconstrução é esparso demais para que nos possamos autorizar, de antemão, a dispensa de qualquer porção útil de texto. Isso nos força a um trânsito abreviado, mas inevitável, entre fases diferentes da escrita de Weber, tal que possamos extrair um repertório de categorias coerente com nossos propósitos.

É assim que devem ser lidas, pois, as seções seguintes deste artigo: como um esforço (aqui, no ponto de passagem entre o mais abstrato e o mais concreto) de pôr em

relação, sob o prisma de uma caracterologia, todas as porções da obra de Weber que possam contribuir para um juízo *explicativo* sobre as peculiaridades individuais. Sempre que as categorias sob consideração não estão em contradição direta, damo-nos o direito de incorporá-las ao tecido do argumento; por outro lado, onde fases diferentes da prosa de Weber se contradizem mutuamente, procuramos expor as diferenças relevantes, selecionando aqueles aspectos que nos parecem mais férteis para o propósito de uma reconstrução. Teremos ocasião de notar que – permitindo-nos o chiste – esta nossa consideração intermediária tem mesmo todas as marcas de um passo médio, de um meio-termo entre as duas outras porções do texto. De um lado, fica muito facilitada a leitura caso o segmento anterior, sobre os "aspectos formais" do problema, seja conhecida do leitor e da leitora (cf. ROMANETTO, 2019b)[1]. De outro lado, o trabalho principal que este texto procura realizar é o de preparar a articulação entre os termos que, na parte posterior do estudo, sobre os "aspectos compreensivos", veremos florescer em torno de uma caracterologia concretamente desenvolvida. Quanto mais nos aproximarmos do final deste artigo, mais veremos noções como as de *pathos*, *ethos* e *habitus*; motivo, qualidade e comportamento, ganharem o contorno de uma relação definida – e será essa a base para a abordagem de tudo que fica por vir.

A despeito do caráter intermediário do texto que segue, procuramos redigi-lo de tal modo que seja compreensível e relevante em si mesmo – sem que seja absolutamente necessária a consulta da porção que já foi publicada, e sobretudo, sem qualquer referência ao que deverá aparecer na parte posterior da discussão. Ao fim do texto,

[1] São duas as conclusões principais do trabalho anterior, que a leitora e o leitor podem ter em mente caso desejem avançar na leitura deste texto sem consultá-lo: (i) uma caracterologia weberiana reconstruída não pode pretender estabelecer tipos de caráter universais, mas apenas enquanto relativos a determinadas problemáticas; (ii) levando em conta o tipo de categoria empregado habitualmente por Weber (tipos ideais em suas variadas configurações e usos), devemos supor que o caráter apareceria segundo ao menos dois ângulos em sua obra: considerado em si mesmo, tal que pareceria possuir uma estrutura própria mais ou menos constante, mas também, como objeto intermediário na investigação sobre as relações entre outras esferas culturais, tal que sua composição interna apresentar-se-ia de modo mais plástico, adaptando-se o modo de conceituar às relações relevantes para a problemática ativa em cada caso. Quanto à história da caracterologia no ambiente intelectual do qual Weber fazia parte, e as diferenças de uma caracterologia "weberiana" *vis-à-vis* as variantes existentes em seu tempo, o primeiro artigo desta série desenvolve alguns comentários a mais, mas podemos deixar a seguinte indicação introdutória: a de que não se deve considerar o estudo do caráter como uma área autônoma nas primeiras décadas do século XX, mas como uma problemática transversal, que comparece a várias disciplinas distintas. Assim, há uma caracterologia psicanalítica, mas também em outras formas de psicologia. Algumas formas de filosofia aproximam-se do estudo do caráter por conta de sua relevância ética, ou enquanto interessadas na interioridade humana. O problema do caráter e do caráter nacional comparece aos textos de historiadores, folcloristas e etnólogos como instrumento para investigar as diferenças e peculiaridades dos costumes; também, nos anos da Grande Guerra, como instrumento de propaganda política. É possível considerar os comentários de Weber sobre esse assunto como uma resposta especificamente "sociológica" às várias outras tentativas então existentes de remeter os fenômenos típicos da "personalidade" às relações humanas.

esperaremos ter demonstrado convincentemente que o caráter aparece, em Weber, como determinado segundo três processos distintos, embora relacionados: os de *seleção, educação* e *adaptação*. Cada uma dessas categorias põe o caráter e seus componentes em uma relação distinta com as "relações sociais", o que nos permite rotacionar a concepção weberiana das peculiaridades humanas em torno de três pontos de vista: aquele que as trata como *meios*, aquele que as trata como *fins*, e aquele que as trata como *consequências* de determinadas relações sociais.

2 SELEÇÃO E ADAPTAÇÃO

Um esforço de reconstrução do que poderia ser uma caracterologia socialmente orientada em Weber deve partir da seguinte afirmação:

> sem exceção alguma, qualquer ordenamento das relações sociais, quando se pretende *avaliá-las*, em última análise, também deve ser analisado no que diz respeito ao *tipo humano* ao qual, através de uma *seleção interna* ou *externa* (*de motivos*), se proporciona as chances ótimas para tornar-se predominante (WEBER, 1918, p. 588, grifos meus).

É uma sentença central, porque situa-se precisamente na fronteira que distingue o domínio da ciência, puramente empírico, do domínio dos juízos de valor. Quando fala na "avaliação" das relações sociais, Weber pensa em sua avaliação prática – isto é, no juízo sobre o quanto seriam ou não desejáveis. E vincula isso – agora, já em guisa sociológica – ao problema de saber quais seriam os tipos humanos selecionados por essas relações, conforme seus motivos. É sinal do que poderia ser já um primeiro princípio caracterológico: as relações sociais atuam tornando as chances de prevalência mais fortes para uns "tipos" do que para outros. Ou seja: favorecem mais o sucesso de umas constelações motivacionais do que o de outras.

De fato, na redação de *Economia e sociedade*, a formulação derradeira dessa ideia vincula o conceito de seleção social precisamente à desigualdade de "preferência" que têm determinados "tipos de comportamento" e "qualidades pessoais", quando se trata da "possibilidade de *entrar* em determinada *relação* social" (WEBER, 1921-2a, pp. 23-5, grifos meus). Assim, ficamos sabendo que as relações se comportam para com o que seria a matéria de uma caracterologia – qualidades pessoais, motivos (neste caso) subjetivos – como uma espécie de força centrífuga, empurrando para fora todas aquelas ações, atitudes e agentes que não correspondam às suas exigências. E mais: Weber diz ainda que "[a] seleção [social] é 'eterna' porque não se pode imaginar meio algum para

eliminá-la de modo global" (1921-2a, p. 24). Onde quer que haja relações sociais, haverá seleção. Haverá, portanto, também um efeito social sensível sobre o "caráter", como quer que possa ser precisado a partir dos atributos que já enumeramos (qualidades, motivos, comportamentos). Isso carece de elucidação.

Em exame mais detalhado, descobrimos que a "seleção social" é uma forma de outra categoria, a da "luta"; e que a luta, por sua vez, é também a forma de uma categoria mais ampla, um modo da relação social (cf. BEETHAM, 1974). Diz Weber: "uma relação social denomina-se *luta* quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros" (1921-22a, p. 23). Embora não esteja dito expressamente, isso significa que a luta decorre de toda relação – isto é, de todo conjunto de ações humanas reciprocamente referidas – em que atue o elemento do *poder*, que consiste precisamente na "probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade" (1921-2a, p. 33)[2]. As bases para a capacidade de exercer poder variam muito conforme a situação[3], porque dependem dos fins, valores, afetos ou hábitos específicos que entram em relação na circunstância dada. Conforme se dê a distribuição (material, pessoal, ideal) dos meios e fins para a continuidade do sentido da ação de cada parte envolvida na relação, devemos presumir que variará também o atributo (material, pessoal ou ideal) que serve para "impor a vontade" a outrem – sem que necessariamente seja oferecida resistência, mas incluindo também essa possibilidade.

A luta distingue-se, digamos, da "relação de poder" em geral, pela inclusão necessária desse elemento de resistência. A partir daí, entretanto, decompõe-se em várias categorias particulares. Pode ser luta violenta, ou luta pacífica. E sendo pacífica, pode dar-se de maneira concorrencial ou seletiva. Há concorrência "quando se trata da pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas", estando suposta a escassez dessas oportunidades, e podendo a disputa estar ou não "regulada" por uma ordem. A seleção, ao contrário, distingue-se por não envolver uma pretensão voluntária de competição, mas apenas a "luta (*latente*) pela existência, […] *sem que haja intenções dirigidas contra outros*". O que está realmente em disputa, portanto – e que a noção de

[2] Alhures: "[p]or 'poder' entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta" – isto é, de impô-la "ao comportamento de terceiros" (WEBER, 1921-2b, p. 188).
[3] "Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa situação dada" (WEBER, 1921-2a, p. 33).

“prevalência” expressou antes de modo mais opaco – é o acesso a determinadas vantagens, a “possibilidades de viver e sobreviver” (WEBER, 1921-2, p. 23-4, grifos meus), que são decorrentes da entrada em determinadas relações, e ficam – em terminologia weberiana – fechadas para fora[4].

Posto nesses termos, o “caráter” (isto é, por ora, o conjunto das qualidades pessoais, motivos e comportamentos pertinentes a uma relação) aparece como o *meio necessário* para a obtenção de determinados fins (possibilidades de vida, oportunidades). Dizer que a seleção, em sentido social, é eterna, significa dizer que a todo momento, na história, determinadas possibilidades e condições de vida deverão ser destinadas a uns, mas não a outros “tipos humanos”. Será preciso dispor de determinadas características para poder fruir certos bens ou ocasiões. Os exemplos que Weber (1921-2a, p. 24) enumera – o amante, o marido, o deputado, o funcionário público e outros – apontam inicialmente para relações sociais bastante circunscritas. Entretanto, conforme adentrarmos o terreno dos “ordenamentos” ou ordens sociais – tal como sugere a citação de que partimos –, veremos esse princípio seletivo estender-se a conjuntos cada vez mais numerosos de agentes sociais. Não por acaso, Weber faz questão de enfatizar que “*[c]ada uma* dessas ordens pelas quais se orienta o comportamento das pessoas na luta influi sobre as probabilidades na ‘seleção social’” (1921-2a, p. 24)[5]. É que, conforme os participantes representem para si mesmos uma ou mais normas como vigentes, restringirão ou alargarão o escopo das ações possíveis na disputa (latente) por suas possibilidades de vida.

Da seleção propriamente social, referente às possibilidades de vida do indivíduo, Weber distingue a “seleção” de *relações* sociais no tempo, que não é senão um resultado da continuidade ou não continuidade de ações discretas no tempo – das quais, afinal, as relações são compostas. Sua formulação do problema, entretanto, traz consequências para a discussão anterior, precisamente porque a categoria da “ação” já se encontra contida na ideia de que são selecionadas, não apenas qualidades e motivos, mas também *comportamentos*. A esse respeito, Weber indica que “em cada caso concreto, cabe perguntar pela *causa* que produziu o deslocamento das probabilidades para esta ou aquela forma de ação social e de relações sociais, ou que destruiu uma relação social ou

[4] A seleção social “dos tipos […] leva às diferenças entre as probabilidades de viver e sobreviver” (WEBER, 1921-2a, p. 26).

[5] “[T]oda ordem de ações sociais, qualquer que seja sua natureza, deixa em pé, de alguma forma, a *seleção* efetiva na competição dos diversos tipos humanos por suas possibilidades de vida” (WEBER, 1921-2a, p. 26).

permitiu sua subsistência em face das demais" – acrescendo que as causas "são tão múltiplas que parece impróprio abrangê-las com uma fórmula única" (1921-2a, p. 24-5).

Teremos ideia de quão fundamentais são essas proposições se nos lembrarmos de que a existência de todas as categorias básicas de Weber está definida, da "ação social regular" em diante, em termos da probabilidade de seu exercício (cf. 1921-2a). Uma causa, ou conjunto de causas, que desloca a "probabilidade" de uma ação ou relação coloca em jogo, do ponto de vista sociológico, a sua própria existência ou continuidade como tal. Então é preciso considerar que, no caso-limite de uma interrupção seletiva total de determinadas ações sociais, há duas alternativas de explicação. Pode ser que, como efeito da seleção, os próprios agentes tenham desaparecido – caso extremo em que a alienação em relação a determinadas possibilidades de sobrevivência conduz à eliminação material dos atores. Em qualquer outro caso, temos de considerar que o comportamento como tal é desestimulado ou impossibilitado pela seleção. E abrem-se aí múltiplas possibilidades de inferência quanto às razões para esse desestímulo – todas elas relevantes para o que seria uma caracterologia social causal, pois colocam em jogo os condicionantes da persistência dos motivos, da base da ação. Pode ser que o comportamento cesse porque, junto da relação em que foi (negativamente) selecionado, tenham-se perdido os fins a que ele se destinava (seleção externa, nos termos da citação de que partimos). Ou pode ser – e esta é a possibilidade mais interessante para nós – que a seleção atue diretamente como um desestímulo sobre as qualidades ou motivos das quais o comportamento era dependente (seleção interna, nos termos da citação de que partimos). Inversamente, para o caso de uma seleção positiva – um acréscimo das probabilidades de continuidade da ação –, poderemos pensar em um estímulo seletivo à consolidação dos motivos, qualidades ou comportamentos respectivos.

À medida que se possa conceber o comportamento selecionado como causalmente condicionado pelos demais elementos pessoais enumerados por Weber, temos de enxergar aí a descoberta de uma nova relação. Antes, "ações, qualidades e motivos" apareciam apenas como meios para o acesso a determinadas possibilidades de vida; estavam simplesmente pressupostas como condições para esse acesso. Agora, podemos pensar também no processo seletivo como causalmente eficaz sobre o "caráter".

Com isso demos alguns passos na compreensão de nosso problema, mas ainda apenas muito preliminares. Carecemos de uma ideia mais clara sobre o que seriam, efetivamente, tais ou quais "motivos", "qualidades" e "comportamentos" selecionados, e especialmente, como isso aconteceria. Compreende-se que nada disso tenha sido

especificado nas definições de *Economia e sociedade*, que situam-se em um grau de abstração muito alto, e estão preocupadas com a adequação de seus tipos *quanto ao sentido* (cf. ROMANETTO, 2019b). Para resolver essas questões, precisaremos recorrer ao uso efetivo do conceito da seleção social em discussões historicamente localizadas.

***

A seleção é para Weber ineliminável da história porque a luta também o é[6]. Em *Economia e sociedade*, essa ideia aparece com a qualificação de que a luta concorrencial e a violenta não seriam rigorosamente impossíveis de desaparecer, mas apenas a "seleção", que, sendo um processo involuntário, participa de toda forma de ordem social. "Uma ordem pacifista de observância mais rigorosa sempre só poderá regular os meios, os objetos e a direção da luta no sentido da eliminação de alguns (determinados) deles. Isto significa que *outros* meios de luta continuam a levar à vitória, na concorrência (aberta) ou […] na seleção (latente)". "A seleção social constitui empiricamente", portanto, "a barreira contra uma eliminação da luta [na multiplicidade total de suas formas]", e encontra seu suporte na seleção *biológica* – referente às "probabilidades de sobrevivência do patrimônio genético", e que "constitui em princípio" (WEBER, 1921-2a, p. 24) a seleção propriamente social.

Já em 1895, em seu "Discurso inaugural", Weber partilhava da mesma opinião acerca da eternidade da luta: "[n]o que se refere ao sonho de paz e de felicidade humana, encontram-se escritas as seguintes palavras sobre o portal do futuro desconhecido da história humana: *Lasciate ogni speranza*" (1895, p. 20)[7]. O contraste crucial, todavia, é que então as categorias da seleção biológica e social não se encontravam plenamente diferenciadas: tratava-se, por volta da redação desse texto, de "ilustrar […], do ponto de vista físico e psíquico, o papel desempenhado pelas diferenças raciais entre as nacionalidades na luta econômica pela existência" (1895, p. 4). Características físicas e psicológicas achavam-se unidas em torno dos conceitos de "raça" e "nação", que na redação de *Economia e sociedade* apareceriam já plenamente diferenciados um do outro

[6] "[N]ão é possível excluir da vida cultural o conflito ou a luta. É possível alterar seus meios, seu objeto e até a orientação fundamental e seus protagonistas, mas não podemos eliminá-los" (WEBER, 1918, p. 587).

[7] Em *Economia e sociedade,* a luta – como classe de relação social – está contraposta às relações associativa e comunitária, sendo que esta última "constitui normalmente, por seu sentido visado, a mais radical antítese da *luta*". Não se trata, entretanto, de uma diferença absoluta: "'[l]uta' e comunidade são conceitos *relativos*". Desse modo, especialmente a "'seleção' dos tipos", em seu caráter involuntário, "tanto ocorre dentro das comunidades como em outras situações" (WEBER, 1921-2a, p. 26).

– o primeiro, referindo-se a conjuntos de "*habitus*" ou "disposições iguais, herdadas e hereditariamente transmissíveis" (1921-2a, p. 267); o segundo, como algo que enfaticamente "jamais pode ser definido na base das qualidades comuns empíricas daqueles que se consideram seus membros" (1921-2b, p. 172), e está assim fora da alçada imediata do conceito da "'pertinência' à raça" (1921-2a, p. 267)[8].

Dirigindo-se à luta *econômica* pela existência, Weber circunscrevia a discussão do "Discurso inaugural" a uma forma específica de seleção (cf. 1895, p. 14)[9]. Daí também a facilidade com que, passando do domínio hereditário ao domínio nacional, vinculava sua discussão à "capacidade de se adaptar a diferentes condições econômicas e sociais de existência" que demonstrariam as diferentes "características raciais", novamente "do ponto de vista físico e psíquico" (1895, p. 8). Segundo o vocabulário que desenvolvemos no primeiro artigo desta série, diríamos que ali referenciavam-se aqueles "traços de caráter" – entendidos como racialmente vinculados – que eram *economicamente relevantes*, na condição de meios para a sobrevivência material, sem mais. As consequências para o caso particular que então se abordava, como sabemos, é que no contexto das migrações agrárias no leste prussiano, Weber acreditava que as condições de trabalho locais acabavam selecionando as populações que tinham "*baixas exigências de padrão de vida*" (1895, p. 11) – os trabalhadores sazonais poloneses –, em detrimento daqueles "trabalhadores agrícolas alemães" que, caracterizados por um "nível de vida relativamente alto", já não podiam "se adaptar às condições *sociais* de vida de sua pátria" (1895, pp. 12-3).

Devemos então perguntar-nos: a quais características estaria vinculada a menor capacidade de "adaptação" econômica dos alemães às suas "condições de vida econômicas e sociais"? Segundo Weber, à maior "prosperidade" de sua "vida intelectual e emocional", o que para ele correspondia a um maior "*nível cultural*", condicionado por um mais alto "índice de sofisticação econômica". Ou seja: era o maior desenvolvimento de sua "organização social" que levava os alemães a atravessar "processos de cultivo" da "existência humana" (1895, p. 8,11,14-5) igualmente mais desenvolvidos, e com isso, menos tolerantes a condições de vida precárias. O nexo causal era tal que, no curso do desenvolvimento histórico, determinadas condições econômicas tornavam possível o

[8] "[A] existência de um tipo antropológico comum, apesar de não ser sem importância, não é nem suficiente, nem necessária para a fundação de uma nação" – ou, mais precisamente, para a fundação de sua "ideia" ou "crença" a partir de um "sentimento" anterior (WEBER, 1921-2b, p. 172-4).

[9] "Mesmo na *luta* econômica pela existência não há *paz* alguma". Algumas modalidades ulteriores de luta econômica são a "luta de preços" e a "luta de concorrência" (WEBER, 1895, p. 19; 1921-2b, p. 177).

cultivo (a seleção positiva) de uma determinada modalidade de caráter (nacional) – um conjunto de qualidades intelectuais e emocionais singulares. Retornando a circunstâncias econômicas modificadas, esse caráter já não podia sobreviver, sendo selecionado agora negativamente[10]. Donde podemos ver o efeito dos dois princípios que discriminamos anteriormente: o caráter como *consequência* da seleção positiva, economicamente condicionada (primeiro caso), e o caráter como *meio* (aqui, inadequado) para o acesso a determinadas possibilidades econômicas, sendo negativamente selecionado (segundo caso)[11].

A diferença crucial com os desenvolvimentos ulteriores do conceito de "seleção" encontra-se em que Weber procurou refinar cada vez mais o conhecimento de uma questão que, em 1895, "[n]em ouso[u] tocar": a de saber "*onde* se encontra o limite da variabilidade das qualidades físicas e psíquicas de uma população que se vê sob a influência de suas condições de vida" (1895, p. 16). E isso no duplo sentido de localizar, tanto o limite da variabilidade como tal, quanto o limite que separa as características físicas ("raciais") de uma população de suas características psíquicas (preferiríamos dizer, conforme o vocabulário da primeira parte: psicológicas). Já por volta da redação da *Ética protestante*, Weber demonstra muito maior desconfiança da explicação do "caráter nacional" com base em características raciais (cf. 1904-5, p. 180-1); conforme progredimos no tempo, vêmo-lo cada vez mais inclinado à ideia de que "muitos daqueles traços ditos de nascença" são na verdade "produtos de influências culturais puramente históricas" (1915-7, p. 340)[12]. Suas referências ao influxo hereditário sobre as características humanas observáveis ficam restritas a conjecturas que ele não incorpora de todo à compreensão sociológica. Assim, no ano de sua morte, "[o] autor confessa que se inclina, pessoal e subjetivamente, a atribuir uma grande importância à hereditariedade biológica". No entanto, julga que:

> só depois, e na medida em que a neurologia e a psicologia das raças tiverem progredido para além da fase rudimentar em que se encontram – aliás promissora em muitos aspectos –, poderíamos esperar obter resultados satisfatórios para este problema. Por agora, pois, parecem-me inexistentes essas condições, e a referência à 'hereditariedade' seria uma renúncia precipitada ao que o

[10] Assim: "[n]ão são a paz nem a felicidade humana que temos de transmitir a nossos descendentes, e sim a *eterna luta* pela conservação e pelo crescimento de nosso caráter nacional" (WEBER, 1895, p. 22).
[11] Ainda em 1906: a "luta pela existência torna-se, com frequência, uma seleção econômica em favor do mais frugal" (WEBER, 1906b, p. 126).
[12] Assim também: "[é] um grave erro acreditar que a 'raça' é o fator decisivo na surpreendente falta de graça e dignidade no comportamento ostensivo alemão" (WEBER, 1917, p. 150).

> conhecimento nos pode já *hoje*, eventualmente, dar e uma transposição do problema para fatores ainda desconhecidos (WEBER, 1920a, p. 23)[13].

Como efeito dessa crescente diferenciação entre os âmbitos "biológico" e "social", também o conceito de "adaptação" – em 1895, ainda tão importante – fica bipartido. Em termos biológicos, a adaptação significa de fato "a chance dada pelas circunstâncias, que é relativamente determinável, de que um grupo social conserve a sua hereditariedade psicofísica mediante a reprodução" (WEBER, 1918, p. 586). Mas isso já nada tem a ver, por exemplo, com a adaptação econômica dos indivíduos, já que "as camadas sociais economicamente mais fortes, e os que regulamentam a sua vida de maneira mais racional seriam", desse ponto de vista, "de acordo com as estatísticas de nascimento", precisamente "os não adaptados" (1918, p. 586). Similarmente, "a 'endogamia' de uma comunidade", com as consequências que pode ter para a reprodução de um determinado tipo hereditário, apenas fica associada ao "conúbio" (WEBER, 1921-2a, p. 268) – à participação nas vantagens políticas, estamentais ou econômicas de uma comunidade[14] – caso haja o sucesso em proceder ao monopólio dessas vantagens conforme critérios de sangue, o que faz com que a sobrevivência do patrimônio genético de um grupo (seleção biológica) e a sobrevivência econômica dos indivíduos que o portam (seleção econômica) possam *ou não* coincidir, a depender da constelação de interesses historicamente dada. Ao fim e ao cabo, não apenas no que diz respeito à seleção econômica, mas a toda forma de seleção social, Weber conclui: "no setor da 'cultura', tudo e nada está adaptado" (1918, p. 587)[15].

Com efeito, a olhar mais atento, o principal problema que sobra de nossa discussão anterior é a vinculação, de modo algum evidente por si mesma, entre aquilo que viemos denominando como atributos de caráter – qualidades emocionais e intelectuais e os comportamentos respectivos – e determinados processos de *cultivo*. A tendência à diferenciação progressiva do que, no "Discurso inaugural", aparecia ainda

---

[13] De modo mais agressivo, em formulação anterior: "[é] de esperar que a situação de se ver na 'raça' a essência da explicação causal – o que era apenas um atestado de nossa ignorância – possa ser lentamente substituída mediante um trabalho metódico orientado" (WEBER, 1904, p. 230).

[14] "*Commercium*, no sentido de se ter uma circulação 'societária', e *connubium*, no sentido da conjugalidade dos grupos, são os sinais típicos do mútuo reconhecimento de *equivalência estamental*. A ausência de tais sinais indica diferença estamental" (WEBER, 1915-7, p. 64). A título de exemplo: "[a] 'casta' é praticamente a forma normal em que convivem em relações associativas as comunidades étnicas que acreditam na consanguinidade e excluem o conúbio e as relações sociais com comunidades estranhas" (WEBER, 1921-2b, p. 181).

[15] E inclusive: "a simples eliminação de uma relação social […] não prova, de modo algum, sua incapacidade *geral* de 'adaptação'" (WEBER, 1921-2a, p. 25).

confuso – raça e nacionalidade, seleção biológica e seleção social – equivale também ao intuito de distinguir cada vez mais (conforme o vocabulário que convencionamos) entre as características *físicas, psicofísicas* e *psíquicas* e aquelas propriamente *psicológicas* e *lógicas.* Todas elas podem, em princípio, tornar-se socialmente relevantes para processos de seleção, mas apenas as duas últimas parecem enfaticamente passíveis de condicionamento social. Por isso, podemos agora distinguir, na seleção dos "tipos humanos" em geral, duas categorias: a de uma "seleção de tipos antropológicos" (1921-2a, p. 269)[16], e a de uma seleção de tipos culturais, sendo a esta que preferencialmente se dirige uma caracterologia socialmente orientada – isto é, uma caracterologia preocupada, não apenas com o caráter enquanto socialmente relevante, mas também enquanto socialmente *condicionado*. Que tais ou quais características particulares de emoção e intelecto devam ser dadas como culturais – é isto que falta esclarecer.

3 EDUCAÇÃO

Já em 1895, estava claro para Weber o objeto último de seu interesse: "uma ciência que trata dos *seres humanos*, como é o caso da ciência econômica, preocupa-se sobretudo com as *qualidades dos seres humanos*, *criadas* pelas já mencionadas condições econômicas e sociais da sua existência" (1895, p. 21, grifos do autor e último grifo meu). Ora: se essas qualidades – para nós, eminentemente "caracterológicas" – estavam então identificadas, mais ou menos confusamente, à cultura e à nação, é porque orientavam-se – segundo uma muito informativa definição posterior – pela ideia de que "a significação da 'nação'" é dada pela existência de "'bens culturais'" que têm um "caráter insubstituível", e "somente podem ser *conservados e desenvolvidos mediante o cultivo*" de um "*modo de ser peculiar*" (WEBER, 1921-2b, p. 175, grifos meus). Isto é: a nação aparecia para Weber sobretudo como o conjunto das "peculiaridades culturais de um país" (1904, p. 271). Havendo abnegado (a título científico, ao menos) à explicação especificamente racial dessas especificidades, Weber, não obstante, conservou até o fim da vida a ideia de que elas existiam (cf. p. ex. 1921-2a, p. 11). Isso abriu a necessidade de encontrar um novo meio para determinar como se dá – nos termos acima – sua criação, desenvolvimento e conservação. É esse o movimento crucial que abre as portas para uma "caracterologia" social weberiana.

[16] "[M]uitas vezes, o 'estamento' […] constitui […] um meio para a criação de um tipo antropológico puro" (WEBER, 1921-2b, p. 183).

Já em sua *Ética protestante*, Weber constatara "os limites do conceito de 'seleção' como meio de explicação de fenômenos históricos". Pois deu-se conta de que, para que aquelas peculiaridades culturais "pudessem ter sido 'selecionadas'" – para que se tenham podido "sobrepujar" a "outras modalidades" –, "primeiro [...] tiveram que emergir, [...] e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por grupos de pessoas". Era portanto a "emergência de um modo de ver que se trata[va] de explicar" (1904-5, p. 48). E deu-nos a chave para determinar o modo dessa emergência: o que torna possível a "criação" de um determinado tipo cultural, é simplesmente que ele se "educa" (1904-5, p. 48) para determinadas necessidades[17].

Numa formulação crucial, Weber converteu o conceito restrito da especificidade nacional no conceito mais amplo da "*peculiaridade espiritual inculcada pela educação*" (1904-5, p. 33). Vimos também, na passagem anterior, que vinculou aquele "modo de ser peculiar" a um "modo de ver", um "modo de pensar" historicamente emergente – ao qual podemos agora acrescentar também uma "sensibilidade" ou "modo de sentir" – também às vezes denominados *pathos*[18] –; e finalmente, um modo de agir: a "conduta de vida" (cf. 1904-5, p. 51,74,111; 1915-7, p. 219; cf. 1921-2b, p. 156,172,174). Com isso tocamos finalmente o ponto de partida que primeiro nos estimulou a esta investigação – a semelhança entre as formulações de Jaspers e certas categorias weberianas –, e somos capazes de determinar-lhes claramente o parentesco. Se, em Jaspers, a "maneira por que procede" (1959, p. 511) um homem está desenvolvida em termos *vivenciais*, e determinada abstratamente pela formação cultural (*Bildung*) total, em Weber, ela se liga especificamente à *educação* (*Erziehung*), e vincula-se sobretudo à sua *conduta*[19].

Que significa, então, para Weber, a educação? Constatamos com alguma surpresa que ela assume para ele dois sentidos distintos, um mais restrito, e outro mais geral. De

---

[17] Por exemplo: "mesmo a indústria hodierna, ao escolher os lugares de sua implantação, não é de todo independente das qualificações já adquiridas pela população ao cabo de uma longa tradição e através de uma educação para o trabalho intensivo" (WEBER, 1904-5, p. 180).

[18] Está associado a esse elemento afetivo a "tonalidade" ou a "atmosfera de vida" (WEBER, 1904-5, p. 171,245) na qual decorre um aprendizado e ação.

[19] No primeiro dos textos da *Ética econômica das religiões mundiais*, fica claro que Weber (1915-17) considerava a *Bildung* – a formação cultural, em sentido estrito – como um caso especial da *Erziehung*, a educação em seu duplo sentido, pedagógico e geral, tal como aqui o desenvolvemos. Em todos os textos que citamos a seguir, é de *Erziehung* que se trata, e não de *Bildung*. Veja-se, por exemplo, a seguinte sentença no original alemão: "*Uns interessiert jetzt die Stellung dieses Bildungswesens innerhalb der großen Typen der Erziehung. Eine soziologische Typologie der pädagogischen Zwecke und Mittel kann freilich hier nicht im Vorbeigehen gegeben werden. Einige Bemerkungen darüber sind aber vielleicht am Platze*". Disponível em: http://www.zeno.org/Soziologie/M/Weber,+Max/Schriften+zur+Religionssoziologie/Die+Wirtschaftsethik+der+Weltreligionen/Konfuzianismus+und+Taoismus/V.+Der+Literatenstand

modo particular, a "educação" significa em Weber determinado conjunto de "objetivos e recursos" especificamente "pedagógicos", visando "*inculcar* no educando um determinado modo de *conduta de vida*" (1915-7, p. 217-8). Está em contraposição ao hábito puro, mas pode tornar determinadas ações habituais (cf. 1918, p. 601; 1921, p. 548). Discriminam-se aí dois grandes tipos puros, classificados conforme seus objetivos: a educação que procura "suscitar o carisma", e aquela que procura "propiciar uma instrução técnica especializada" – a primeira correspondendo "à estrutura carismática da dominação", e a segunda à "estrutura racional-burocrática (moderna) de dominação" (1915-7, p. 217), com as naturais transições entre os dois polos. Mas o termo é empregado também em sentido muito mais lato, referindo-se a toda e qualquer modificação da conduta que seja resultante da posição específica de um indivíduo ou grupo em determinada estrutura (social, econômica ou de poder – cf. 1895, p. 30)[20].

Assim, já o "Discurso inaugural" falava, por exemplo, na "imaturidade política" da burguesia alemã como fruto do "trabalho de *educação política* [*politische Erziehungsarbeit*] de um século" (1895, p. 33)! Não se tratava, naturalmente, do sentido literal, pedagógico, de educação, mas da constatação de que sua posição na estrutura de poder nacional a predispusera a uma postura "cesarista" (1895, p. 31), politicamente passiva, e sobretudo, incapaz do que Weber teria dado como politicamente "maduro" – isto é, a "compreensão" e "capacidade de colocar, acima de quaisquer outras considerações, os interesses econômicos e políticos que a nação sempre demonstra em relação ao *poder*" (1895, p. 27)[21]. Também "os operários", para ele, não davam mostra dessa maturidade. De modo mais amplo, Weber vinculou essa "educação política crônica" dos indivíduos, ausente na Alemanha, à "ressonância da *posição de potência universal*, que sempre coloca o Estado diante de grandes tarefas na área da política de força" (1895, p. 34).

A diferença entre aquela educação "pedagógica", visando fins, e essa educação puramente "passiva" pelas circunstâncias, é o que permite que Weber fale também na

---

[20] Por exemplo: "nada podia, nem pode, substituir a influência *educativa* que a formação intensiva das comunidades urbanas exerce sobre o camponês, com as comunicações locais bem desenvolvidas, com a oportunidade e estímulo de vender produtos rurais nos mercados o mais próximos possível" (WEBER, 1906b, p. 135); "[o] simples fato de trabalhar num ambiente totalmente diverso do habitual rompe […] o tradicionalismo", sendo assim "um fator 'educativo'" (WEBER, 1920b, p. 173).

[21] E, reciprocamente, ainda em 1918 esse interesse de poder próprio à nação fica temperado pela finalidade de defesa da cultura nacional: "há um ponto de vista que poderia muito bem ser sustentado: que o poder do Estado se incremente até o máximo concebível no interesse do seu uso como meio coercitivo contra opositores, mas que, por outro lado, se lhe negue todo o valor próprio e que se o caracterize como mero instrumento técnico para a realização de valores inteiramente distintos, dos quais ele unicamente poderia obter a sua dignidade" (WEBER, 1918, p. 610).

educação como um feito da "seleção" como tal. É o que sucede na seguinte passagem: "o capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da *seleção* econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita" (WEBER, 1904-5, p. 48). Seria o caso de falar aqui, por comparação à "educação *política*" (1895, p. 35), em uma educação *econômica* das classes e dos estratos profissionais. Mas, novamente, não porque tenha havido um intuito pedagógico positivo de sua conformação a determinados tipos (ou não apenas por isso), mas também porque o próprio processo de seleção negativa dentro de uma estrutura econômica diferenciada vai consolidando, ao longo da história, as formas de conduta mais adaptadas a diferentes posições (neste caso, aquisitivas). Se agora procuramos expressar as consequências dessas distinções para nossa problemática, vemos que o caráter – e especialmente a conduta – aparece, para a educação em sentido restrito, como um *fim*, e para a educação em sentido geral, como um *efeito* de sua participação (ou exclusão) de determinadas relações sociais.

4 HONRA, VALOR E LUTA: POR QUE EXISTE UMA CARACTEROLOGIA WEBERIANA?

Antes de dar um desfecho definitivo à nossa discussão, enfim, é preciso atentar ao fato de que a educação "pedagógica" está em Weber estreitamente conectada ao conceito de estamento. Sabemos que um estamento define-se por sua "situação estamental", ou seja, pela "chance" de "*consideração*" ou "avaliação social, positiva ou negativa, da *honra* vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas", "condicionada *primariamente* no modo de *condução da vida*" (1915-7, p. 64; 1921-2b, p. 180). Como vimos, muitas vezes essa distinção da conduta é derivada de "diferenças na *educação*" (1915-7, p. 64). À nossa discussão anterior, portanto, devemos acrescer a noção de que a educação positiva para uma determinada forma de conduta é também a educação para uma forma *valorada* (positiva ou negativamente) de estar no mundo, que não é indiferente do ponto de vista sociológico, mas *exigida* "a todos que querem fazer

parte do círculo [estamental]" (1921-2b, p. 181)[22]. Está, com isso, comprovadamente ligada àquelas qualidades que poderiam servir, "seletivamente", à participação em determinadas relações. Já não se trata, entretanto, de seleção puramente involuntária, mas do estabelecimento de determinadas *convenções* estamentais (cf. 1921-2b, p. 183) – tanto faz se de caráter "secular ou clerical" (1915-7, p. 218) –, ou seja: de uma *ordem* que encontra o seu suporte externo no risco de desaprovação social.

Em Weber, "toda 'estilização' da vida, quaisquer que sejam suas manifestações, é de origem estamental, ou pelo menos, é estamentalmente conservada" (1921-2b, p. 183); reciprocamente, "[a]s barreiras culturais de educação e de gosto são as mais entranhadas e as mais insuperáveis de todas as diferenças entre grupos de *status*" (1915-7, p. 400). Isso é da maior relevância para nós, porque aquilo que em determinadas passagens Weber denomina "ethos" (1920b, p. 45), em outras, denomina como "estilo de vida" (1904-5, p. 164). É aí, portanto – em convenções de natureza estamental, ligadas à *honra social* (ou *prestígio* – cf. 1921-2b, p. 176) – que se encontra aquele nexo que buscávamos, entre qualidades humanas, motivos e comportamento.

Que é, pois, a honra? Sabemos que pode ser derivada, em parte, do exercício do poder, e em parte da ordem jurídica; pode também servir como base para vantagens jurídicas, econômicas ou de poder (cf. WEBER, 1921-2b, p. 176); mas tem sua origem predominantemente naquelas diferenças de conduta inculcadas pela educação. Refere-se sobretudo a uma "crença", a um "sentimento de dignidade" (1921-2b, p. 182) próprio a determinados grupos, e varia conforme sua posição na ordem social. "O sentimento de dignidade dos estamentos positivamente privilegiados refere-se, como é natural, a seu 'ser' que se encerra em si mesmo, à sua 'beleza e valor'", enquanto "camadas negativamente privilegiadas" referem-no "a um futuro situado além do presente, neste mundo ou no outro" (1921-2b, p. 182)[23]. Serve como motivador da conduta em numerosas situações: por exemplo, em conexão com o sentimento de prestígio do poder, sempre que

---

[22] A isso se ligam determinados problemas na história da educação. Por exemplo: "a monopolização da educação dos jovens virou questão central de poder para o clero" em toda parte onde a magia desenvolveu-se rumo a uma racionalização ético-religiosa, havendo assim "necessidade de uma apologética racional" e uma "necessidade especificamente intelectualista de redenção" (WEBER, 1915-7, p. 396).

[23] Na esfera religiosa, isso corresponde respectivamente a certas formas de "teodiceia da felicidade" e "teodiceia do sofrimento". "Aos estratos solidamente dotados com a posse de honra social e poder apraz construir sua lenda estamental invocando uma qualidade especial que lhes seria imanente, o mais das vezes a qualidade do seu sangue: seu sentimento de dignidade nutre-se do seu *ser,* real ou presumido. Já o sentimento de dignidade dos estratos socialmente oprimidos, dos grupos de *status* negativamente ou em todo caso não positivamente valorados, nutre-se, antes, da crença em uma 'missão' particular que lhes teria sido confiada: seu *dever-ser*, ou seu *desempenho* (funcional) efetivo é que garante ou constitui a seus olhos seu valor próprio" (WEBER, 1915-7, p. 26,32).

os membros da comunidade política sentem-se entusiasmados pela ideia de que lhes cabe uma "missão 'cultural'" (1921-2b, p. 175), vinculada às suas convenções nacionais. Ou então, quando o funcionário de uma burocracia moderna tem sucesso em "executar conscienciosamente uma ordem", com elevada "disciplina moral" e "abnegação" (1919, p. 79)[24]. E mesmo, finalmente, quando uma associação religiosa ou sectária coloca para si mesma "uma 'tarefa' atribuída por deus" (1915-7, p. 32). Trata-se de um aspecto passível de perpassar toda forma metódica de conduta, e com isso, tem a feição de um motivo verdadeiramente central para Weber: "o interesse individual mais poderoso" é o da "autoconsideração social" (1906a, p. 368, grifos meus).

E faz sentido que seja assim. Pois a honra está ligada diretamente à valoração de si mesmo – à valorização do caráter, se quisermos –, e a obra toda de Weber está fundamentalmente orientada precisamente por isso: pelo problema dos valores. Isso já se anuncia, se observarmos com atenção, na proposta geral de sua metodologia. Quando propõe, por exemplo, a "pesquisa científica do *significado cultural* geral da estrutura socioeconômica da vida social humana, e das suas formas históricas de organização" (1904, p. 228, grifos meus), a sociologia compreensiva introduz uma ambiguidade prenhe de relevância para nossos fins. De um lado, pensa na "significação que possuem para a cultura determinados elementos" (1904, p. 239, grifos meus) – em detrimento de sua "significação política e social" (1904-5, p. 101), por exemplo. É desse ponto de vista que se situa, por exemplo, a questão geral que orienta os seus textos sobre religião e economia: "que encadeamento particular de circunstâncias levou a que no Ocidente, e só aqui, tenham aparecido fenômenos culturais que – como pelo menos gostamos de pensar – se situaram numa direção evolutiva de significado e valor universais?" (1920a, p. 11). Nesse caso, Weber interessa-se pela cultura "como tal", isto é, por determinados bens culturais que, em sua avaliação, tiveram não apenas significação (influência), mas também um valor próprio universal[25]. É, em suma, uma proposta de "história universal da cultura" (1920a, p. 18)[26].

---

[24] Os funcionários modernos estão tipicamente "animados por um sentimento muito desenvolvido de honra corporativa, onde se acentua o capítulo da integridade" (WEBER, 1919, p. 69).

[25] Para Weber, com a gradual racionalização das diferentes esferas de valores, "também o intelecto, tal como todos os valores culturais, criou uma aristocracia não fraternal da posse de cultura racionalizada independentemente de quaisquer qualidades éticas das pessoas" (WEBER, 1915-7, p. 402). Isso recai também sobre a "educação científica", que é segundo ele "uma tarefa de aristocracia intelectual" (WEBER, 1917, p. 23).

[26] Mas, como sempre, a significação "universal" de um fenômeno *individual*: "[a] questão é […]: reconhecer o *caráter específico* do racionalismo ocidental e, dentro deste, as formas do racionalismo ocidental morderno, assim como explicar o seu aparecimento" (WEBER, 1920a, p. 20).

De outro lado, a "significação cultural" dos fenômenos – seu "interesse" (1904, p. 253) – dirige-se precisamente à direção oposta, à interioridade do homem. Pois "[o] conceito de cultura" é, para Weber, "um conceito de valor" (1904, p. 237); "interesses culturais" são "interesses de valor" (1918, p. 582) – e não apenas o valor de determinados bens, mas também, como vimos, o valor de determinadas qualidades humanas. É por isso que características emocionais e intelectuais alemãs apareciam, no "Discurso inaugural", como "culturais" – porque eram expressões das peculiaridades humanas de um grupo, tomadas como inerentemente valiosas. A "cultura" é, em suma, "significativa na sua particularidade" (1904, p. 246), *enquanto* particularidade. Daí, se o modo específico de ver, sentir e agir de determinados indivíduos ou grupos está como objeto de avaliação, a própria sociologia participa, em último caso – em sua seleção de objetos de pesquisa, ainda que não, para Weber, em seus resultados – da luta das diferentes orientações "estamentais" de vida pela posse da honra; e ela tem de conceber a honra e os valores como elos motivacionais centrais para a pessoa.

Não nos deverá surpreender, portanto, que para Weber a "formação do caráter" – nosso grande objeto de interesse – esteja vinculada exatamente à "inculcação de crenças políticas, éticas, estéticas, culturais ou de outras crenças" (1918, p. 262). É disso que se trata quando se fala daqueles objetivos pedagógicos da educação: da inculcação de "crenças", ou seja, de valores que estejam aptos a orientar a conduta, processo que se denomina – não por acaso – "*internalização da personalidade*" (1904-5, p. 154, grifos meus)[27]. Uma personalidade formada é, para Weber, sobretudo uma personalidade axiologicamente orientada: seus "elementos mais íntimos" são precisamente "os últimos e supremos juízos de valor" a partir dos quais faz suas escolhas, e sua "dignidade" – sua honra! – "reside no fato de que, para ela, existem valores aos quais a sua própria vida diz respeito" (1904, p. 215)[28]. Tudo isso, naturalmente, contra o pano de fundo da ideia de que a "realidade […] da vida" é, por si mesma, "irracional" (1904, p. 273)[29], e somos "nós próprios", "homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma

[27] Fala-se, em termos análogos, também na "internalização do sentimento de vingança" (WEBER, 1920b, p. 207-8) e na "internalização da piedade pelo sentimento" (WEBER, 1904-5, p. 237).
[28] "'[S]er uma personalidade é condição que não se pode levar a efeito intencionalmente apenas porque se quer, e […] só há um meio pelo qual ela pode – talvez – ser conseguida: ou seja, a dedicação incondicional a uma 'tarefa', qualquer que seja ela – e as decorrentes 'exigências do momento' –, em cada caso individual" (WEBER, 1918, p. 565). "Com efeito, para o homem, enquanto homem, nada tem valor, a menos que *possa* fazê-lo com *paixão*" (WEBER, 1917, p. 25).
[29] É a "irracionalidade ética do mundo" (WEBER, 1919, p. 115-6). Devo a atenção a esse aspecto a Giddens (1995).

posição consciente em face do mundo", que devemos dar-lhe o "sentido" de seu "devir" (1904, p. 217, 242).

A caracterologia de Weber é, por isso, primordialmente uma caracterologia de valores. Não se orienta tanto à questão de saber o que desejam os homens, e nem mesmo como agem, mas à questão de saber *em nome de que* eles agem – já que, em última instância, os valores são para ela a "base" mesma do "conteúdo de seu querer" (1904, p. 214). Toda discussão sobre os demais elementos do caráter – sentimento, intelecto, e mesmo o comportamento enquanto tal – ganha sentido e se organiza apenas *ao redor* do problema da *conduta*, do *pathos*, da *atitude*, do *ethos* ou *estilo de vida* propriamente ditos, que são as categorias que expressam (com ligeiras variações de conteúdo) aquilo que dá unidade à personalidade[30]. É esse o critério último de seleção a partir do qual deveremos interpretar toda referência de Weber a "traços" caracterologicamente significativos, e especialmente o seu desejo de fazer da ciência um instrumento "para a finalidade de uma consideração causal empírica da ação humana, a fim de aprender a discernir *os seu motivos últimos e reais*" (1918, p. 574) – seus "axiomas de valor últimos" (1918, p. 580).

Essa maneira de interpretar a obra de Weber leva-nos a enxergar nela um esforço progressivo, entre os primeiros e os últimos escritos, de aproximação aos conflitos axiológicos interiores à personalidade. Weber procede "de fora para dentro", a partir do que fora antes – de maneira mais limitada – a simples pressuposição de suas diferenças culturais externamente constatáveis. De fato, partimos da constatação de que "toda luta ou concorrência típica e em massa leva, a longo prazo, finalmente à 'seleção' daqueles que possuem em maior grau as qualidades mais importantes, em média, para triunfar na luta"; descobrimos que essas qualidades – "meios de luta" – são da natureza, seja do "patrimônio genético" e do hábito, seja de um "produto da educação" (1921-2a, p. 24); e agora estaremos em condições de entender que, de uma ponta à outra, é sempre verdadeiramente apenas de luta que se trata:

> Pode tratar-se de uma luta externa de antagonistas em torno de coisas externas, de uma luta interna de pessoas que se amam, mas lutam por bens interiores, e, consequentemente, no lugar da coação externa pode haver um controle interno

[30] Se a *conduta* ou o *ethos* dizem respeito precisamente à "postura axiológica última" (WEBER, 1918, p. 584) dos indivíduos, seu *estilo de vida* corresponde à forma em que "*se manifestam*" esses valores, com atenção especial aos "princípios de *consumo* de bens" (WEBER, 1921-2b:185) a que se atrela essa postura. O *pathos*, por sua vez, refere-se ao modo de sentir enquanto afeto espec*ificamente ativo,* isto é, enquanto afeto conectado ao *exercício* da conduta: é *"pathos* ético" (cf. WEBER, 1904-5, p. 178). A atitude, enfim, expressa a postura axiológica individual, orientada por determinadas ideias, *anteriormente* à ação propriamente dita – isto é, enquanto estado preliminar à conduta (cf. WEBER, 1915-7, p. 282).

> (em forma de uma dedicação erótica ou até caritativa) ou, finalmente, pode tratar-se de um conflito interno e íntimo que se desenvolve na alma do indivíduo (WEBER, 1918, p. 587).

Em qualquer um dos casos – "o conflito está sempre presente" (1918, p. 587), e é essa que, a nosso entender, deve ser considerada a *matéria* de uma caracterologia social de inspiração weberiana: os conflitos entre homens e os choques entre valores como dando origem a diferentes "*formas de existência no mundo*" (1915-7, p. 400, grifos meus). Daí que, quanto mais nos aproximarmos dos escritos no fim de sua vida, mais se multiplicarão formulações pertinentes às diferentes "esferas de conduta" (1920a, p. 23), orientadas por tipos de valores diversos (cf. 1915-7). Elas devem ser entendidas, perante nossa interpretação, sempre como biformes: de um lado, realmente como "áreas vivenciais" (1920a, p. 20), âmbitos de ação (tanto externa quanto interna), observáveis em seus resultados sobre a conduta individual e o desenvolvimento histórico das relações sociais. De outro, como *fontes* distintas de motivação à ação, "séries de motivações" (1918, p. 607) concorrentes, lutando no seio mesmo da subjetividade, e produzindo "repercussões" também "no fundo" da "alma" (1919, p. 121). Só assim é que se faz valer a máxima segundo a qual "atrás de qualquer 'ação' está o 'homem'" (1918, p. 600): o indivíduo aparece verdadeiramente como o "portador" de seus valores, o *locus* de sua existência e de seu conflito – não apenas exterior, mas agora também íntimo[31].

O problema das "qualidades humanas" e sua seleção ganha centralidade na obra de Weber à luz dessa maneira de lê-la, e entende-se enfim por que aparecia com tanta frequência precisamente na zona limítrofe entre sua ciência "puramente empírica" e seus juízos de valor. Certamente não era essa a única preocupação do sociólogo, talvez nem mesmo a que com mais peso organizou o desenvolvimento manifesto de seus textos. Mesmo assim, parece pairar por todos os cantos em seus comentários laterais, sua maneira de se expressar, em suas assertivas e queixas mais apaixonadas. Percorre seu intuito científico como um veio subterrâneo, e é por isso que, apesar de todas as dificuldades, é hoje para nós possível recuperar, a partir dos vestígios que deixa, o fóssil de uma "ciência do caráter" correspondente a esse impulso seu – gradualmente mais explícito e transparente ao longo dos anos, mas jamais plenamente desabrochado.

5 CONCLUSÃO INTERMEDIÁRIA

[31] "Em qualquer tomada de posição importante dos homens concretos, as esferas de valor se entrecruzam e se entrelaçam" (cf. WEBER, 1918, p. 578).

Comparada à caracterologia freudiana (cf. FREUD, 1908), a reconstrução de uma caracterologia em Weber encontra em sua ênfase sobre os *valores* – em detrimento dos objetos de interesse ou desejo – sua especificidade temática. Comparada à caracterologia klagesiana (cf. KLAGES, 1936), encontra no *método* sua principal particularidade – pois pensa a construção das unidades motivacionais dos indivíduos a partir de sua significação social, e não a partir de uma reconstrução interior dos componentes psicológicos que originam e modulam a ação. Comparada à caracterologia jaspersiana, encontra na ênfase sobre a *conduta* aquilo que a torna peculiar. Tem em comum com Jaspers a noção – "valorativa" – de que a "*unidade*" (1959, p. 524) de uma personalidade é o que lhe dá sua "força" própria (1918, p. 566). Tem em comum com Freud o desejo de compreender os motivos últimos individuais (a despeito de que cada qual os conceba como tendo outra natureza), bem como a caracterização sempre parcial da pessoa (cf. ROMANETTO, 2019b).

Das discussões anteriores, podemos extrair a ideia de que três categorias centrais organizam a concepção que Weber tem da *gênese* do caráter: *seleção, adaptação, educação*. Dispostas nessa ordem, podem ser pensadas – em espírito weberiano – como tipos puros, organizados gradativamente conforme o grau de sua racionalização. A "seleção social", em sentido estrito, é um processo involuntário, de natureza sumamente *negativa:* faz variar a probabilidade de que determinadas ações se repitam, e faz prevalecerem umas constelações motivacionais e qualidades humanas sobre outras. Desse ponto de vista, o caráter aparece como *meio* para a obtenção de determinadas possibilidades de vida. A "educação", em sentido estrito, é, pelo contrário, um processo racional e eminentemente *positivo*: tem por objetivo inculcar determinadas crenças valorativas no pupilo, e concebe por isso o seu caráter – mais ainda: a formação desse caráter – como um *fim*. Conforme discutíamos os termos, vimos que existia um sentido mais lato da "educação", e também um sentido mais figurado da "seleção", segundo os quais o caráter aparecia como *consequência* de determinadas relações ou processos sociais. Nesse ponto em que "educação" e "seleção" se encontram, é lícito identificar o tipo da "adaptação" – que assim consta, em sentido social, como termo médio entre os dois outros polos que discriminamos.

Assentada essa base geral, resta agora perseguir o emprego – tanto explícito quanto implícito – dessas categorias e seus resultados ao longo da obra weberiana. Deveremos procurar compreender de que modo relacionam-se aquelas características do

caráter que viemos enumerando – seus modos de sentir, pensar e agir –; que hierarquia têm umas em relação às outras, e como interagem com o contexto histórico. Em uma palavra: deveremos buscar identificar – à medida que isso seja possível – qual é a *estrutura* que tem para Weber o caráter, e quais são os seus condicionantes, do ponto de vista de uma "caracterologia social" *compreensiva*. A isto deverá dirigir-se a porção restante deste estudo, em publicação futura.

REFERÊNCIAS

BEETHAM, David. **Max Weber and the theory of modern politics**. Cambridge: Polity Press, [1974] 1991.

FREUD, Sigmund. Caráter e erotismo anal. In: **Obras completas, volume 8**. São Paulo: Companhia das Letras, [1908] 2015.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, [1995] 1998.

JASPERS, Karl. **Psicopatologia geral**: volume 1. São Paulo: Livraria Atheneu S/A, [1959] 1973.

KLAGES, Ludwig. **Los fundamentos de la caracterología**. Buenos Aires: Editorial Paidos; [1936] 1947.

ROMANETTO, Matheus. Caracterologia social em Erich Fromm: uma pré-história psicanalítica. In: Fabio Mascaro Querido et al (orgs.). **Teorias críticas entre passado e presente**. Campinas: Editora da Unicamp. Coleção Ideias 15. 2019a.

ROMANETTO, Matheus. Existe uma caracterologia weberiana? – Aspectos formais. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, ST 41. 2019b. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st41

WEBER, Max. O Estado-nação e a política econômica (discurso inaugural acadêmico). in: **Escritos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, [1895] 2014.

WEBER, Max. A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência politica. in: **Metodologia das ciências sociais**. Campinas: Editora Unicamp, [1904] 2016.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, [1904-5] 2004.

WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. in: **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, [1906a] 1982.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. in: **Max Weber**. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, [1906b] 1997.

WEBER, Max. **Ética econômica das religiões mundiais**: ensaios de sociologia comparada: volume 1: confucionismo e taoísmo. Petrópolis: Editora Vozes, [1915-17]/2016.

WEBER, Max. O caráter nacional e os 'Junkers'. in: **Max Weber**. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, [1917b] 1997.

WEBER, Max. O sentido da 'neutralidade axiológica' nas ciências sociais e econômicas. in: **Metodologia das ciências sociais**. Campinas: Editora Unicamp, [1918] 2016.

WEBER, Max. Política como vocação. in: **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, [1919] 2011.

WEBER, Max. Introdução. in: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, [1920a] 1986.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. Acréscimos à edição original do livro, [1920b] 2004.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. in: **Metodologia das ciências sociais**. Campinas: Editora Unicamp, [1921] 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 1. Brasília: Editora UnB, [1921-2a] 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 2. Brasília: Editora UnB, [1921-2b] 2014.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA
EXISTE UMA CARACTEROLOGIA WEBERIANA? – ASPECTOS CAUSAIS

Matheus Capovilla ROMANETTO
Mestrando Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, São Paulo, Brasil
matheus.romanetto@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0001-6286-7492

FINANCIAMENTO
Bolsa CAPES PROEX.

LICENÇA DE USO
Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Estra licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO
Recebido em: 30/05/2020
Aprovado em: 06/01/2021